

**27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 27 DE NOVEMBRO DE 2014.**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a vigésima sexta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade do município, Senhor Marcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião treze (13) conselheiros sendo cinco (5) do poder público e oito (8) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares**: Jane Lellis, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, Elisa Francisconi, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Josiane Aparecida Antunes de Campos. **Conselheiros suplentes**: Padre Célio Adriano Cintra, Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes. **Conselheiros na titularidade**: Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis, Adriana da Silva Bazon Porfírio, Raquel Costa Cândido Santiago. **Com a seguinte pauta**: **Assuntos: Participação do Professor Murilo e integrantes do grupo Núcleo de Cidadania Ativa da UNESP/Franca e breve relato sobre o Projeto de capacitação de conselheiros; Retificação do Demonstrativo Sintético Físico Financeiro – 2012** – Referente ofício nº 5024/2014 – SNAS/MDS; **Indicação de conselheiro da Sociedade Civil** para compor comissão Julgadora de Planos de Trabalho do SCFV – Núcleos: Ângela Rosa e Aeroporto II; **Recebimento de Ofício Circular nº 66/2014 – SNAS/MDS** – Notificação sobre a implementação da Resolução CIT – 21/2013; **2ª Audiência Pública do CMAS** – Avaliação. **Informes: Encontro MacroRegional CONSEAS** – Devolutiva dos Participantes; **Seminário Regional do Projeto “Todos Pelos Direitos”** – dia 05/12 – UniFACEF; **Reunião Descentralizada CNAS (Salvador/Bahia)** – Encaminhamento das apresentações. O presidente Márcio iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência dos conselheiros: Leonel, Márcia, Águeda e Juliana. Após, apresentou a pauta da reunião, que foi aprovada pelo colegiado. Na sequência, a 1ª Secretária Elisa fez a leitura da ata da 26ª Reunião Ordinária, também aprovada pelos conselheiros. Antes de iniciar os assuntos da pauta, Márcio comunicou a participação da professora Andréia Liporoni, bem como do Professor Murilo na presente reunião e desejou as boas vindas aos mesmos. Em seguida Marcio concedeu a palavra para o Professor Murilo que relatou os trabalhos do grupo Núcleo de Cidadania Ativa da UNESP/Franca. O Professor cumprimentou a todos os presentes e agradeceu a oportunidade de poder estar participando da reunião do CMAS. Disse que a aluna Laura Rizzo já apresentou o projeto, o qual foi aprovado pelo Conselho. Relatou que a UNESP, além da atividade de ensino e pesquisa, promove também atividades de extensão universitária, como instrumento de interação com a sociedade. Disse que esse Projeto de Extensão é voltado às instituições que executam o controle social das políticas públicas das áreas de saúde e assistência social. Discorreu sobre os pontos principais do referido projeto, salientando que o mesmo está em aprovação pelas instâncias internas da Universidade, porém tem grande possibilidade de ser aprovado, considerando que já recebeu alguns pareceres favoráveis. A aprovação garantirá 04 bolsas aos alunos, bem como financiamento para custos com transporte, material didático e despesas para a organização de um minicurso de lançamento do projeto. Disse que a equipe é coordenada pelo mesmo e é composta

41 por alunos da graduação de direito e serviço social, um aluno da pós-graduação, além da  
42 professora Edivânia da área do Serviço Social e do professor Mauro, da área de políticas públicas.  
43 O projeto propõe ações aos conselheiros titulares e suplentes e também para os potenciais  
44 conselheiros. A proposta é de formação e uma assessoria contínua, sobretudo na área jurídica,  
45 devido a todas as atribuições e responsabilidades dos Conselhos. Disse que a primeira atividade  
46 prevista para o próximo ano é o minicurso de lançamento, com professores do direito e da  
47 assistência social e a abertura está prevista para fevereiro/2015, com uma palestra sobre a  
48 política de controle social, com a previsão de participação de Pedro Pontual, da Secretaria Geral  
49 da Presidência da República. O presidente Márcio agradeceu e enfatizou a importância da  
50 parceria, considerando a necessidade de formação dos conselheiros para o efetivo exercício do  
51 controle social. A Presidente do COMUTI, Sra. Victalina fez algumas considerações sobre a fala  
52 do Professor, especificamente relacionada ao estudo da política de controle social e questionou se  
53 o grupo levará em consideração o envelhecimento da população e a necessidade de estimular os  
54 jovens da UNESP para participação também no Conselho da Pessoa Idosa. O professor  
55 esclareceu que ainda não se tem uma estrutura para atender todos os conselhos, mas as  
56 questões do idoso estão diretamente relacionadas com a questão da saúde e a assistência social.  
57 Salientou que o que for demandado nesse campo técnico jurídico em termos de garantia de direito  
58 de idosos, o grupo estará à disposição para atendê-los. Citou a Universidade Aberta para a  
59 Terceira Idade – UNATI, que é um importante projeto da UNESP. A professora Andreia informou  
60 que no próximo ano os alunos da UNATI tratarão de temas como a cidadania, direitos e a  
61 participação e controle social através do Conselho Municipal da Terceira Idade. Alguns  
62 conselheiros fizeram suas considerações e manifestaram satisfação quanto a iniciativa do projeto  
63 e ressaltaram a importância de participação do grupo. Finalizados todos os esclarecimentos e  
64 discussões sobre a apresentação do Professor Murilo, Márcio prosseguiu a reunião e concedeu a  
65 palavra para a servidora Sandra que passou para o segundo assunto da pauta. Sandra relatou  
66 que o MDS encaminhou um ofício para o Órgão Gestor solicitando a correção de um valor  
67 referente ao Demonstrativo Sintético Físico Financeiro Anual do Exercício de 2012. Informou que  
68 houve um erro de digitação referente ao valor do Piso Básico Variável I – Pró-Jovem, no qual o  
69 gasto estava superior ao recurso recebido. Ressaltou que já foi realizada a devida correção no  
70 sistema do MDS e que o Conselho precisará fazer aprovação no sistema SUAS WEB. Após  
71 esclarecimentos o colegiado aprovou a retificação realizada no referido Demonstrativo. Dando  
72 continuidade Márcio seguiu para o próximo assunto da reunião sobre a solicitação da SEDAS para  
73 indicação de 01 representante da sociedade civil para compor a comissão Julgadora de Planos de  
74 Trabalho do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Núcleos: Ângela Rosa e  
75 Aeroporto II. A conselheira Josiane se habilitou para integrar a referida comissão, sendo aprovada  
76 a sua indicação. O próximo assunto referiu-se ao ofício circular nº 66/2014 encaminhado pelo  
77 SNAS/MDS, que notifica o Conselho sobre a implementação da Resolução CIT – 21/2013 e  
78 informa sobre uma unidade de CRAS, que se enquadra nas situações previstas nesta resolução  
79 CIT. Marcio informou que a situação refere-se ao espaço físico do CRAS SUL e que o Órgão  
80 Gestor providenciará a resposta ao MDS, ficando sujeito à suspensão de repasse do recurso para

esta unidade, caso a justificativa não seja aceita. Ressaltou que neste momento o colegiado está sendo informado sobre essa situação e após justificativa do Órgão Gestor o Conselho deverá se manifestar formalmente ao MDS. Após os esclarecimentos, Márcio passou para o último assunto da pauta sobre a 2ª Audiência Pública do Conselho e informou que a Secretária Executiva, Maria Amélia fará uma apresentação dos resultados e avaliação da Audiência Pública. Disse que posteriormente a Diretora de Proteção Social Básica, Jane fará uma síntese sobre processo de Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, questão muito debatida na Audiência Pública. Maria Amélia apresentou informações sobre o todo o processo de organização da audiência como o convite e reunião preparatória, bem como os resultados da Audiência Pública: como o número de participantes, que totalizou 189 pessoas; fotos; modelo de questionário de avaliação; comissão organizadora e resultados da avaliação dos participantes. Salientou que a ata da 2ª Audiência Pública foi encaminhada ao Prefeito, Secretários Municipais, Defensoria Pública, Promotores, Juiz Diretor do Fórum, Presidente da Câmara Municipal e COMUTI e está disponível no link do CMAS, no site da Prefeitura. O vídeo de gravação está no acervo da Secretaria Executiva deste Conselho. Em seguida os participantes manifestaram-se apresentando a sua avaliação sobre a Audiência Pública realizada. Dentre as manifestações, a conselheira Tina destacou que a Audiência é um momento de escuta, tanto dos usuários, quanto das entidades e salientou a importância de garantir essa participação. Disse que no momento em que houve uma abertura de espaço todos participaram. A conselheira Josiane também se manifestou dizendo que o Conselho precisa estimular a participação de todos os usuários e não somente de um serviço da política de assistência social. A conselheira Jane concordou, mas apontou que é necessário estimular a participação da população como um todo, destacando a importância de socializar o serviço da assistência social para a comunidade. O conselheiro Clóves sugeriu que deve ser garantido o transporte dos usuários até o local do evento. A assistente social Cidinha opinou que o formato da Audiência precisa ser repensado, sobretudo em relação a linguagem e o formato das apresentações. A participante Lígia informou que as manifestações dos idosos na Audiência é um reflexo do que os CCI's estão vivenciando. Disse que os usuários se sentem ameaçados em perder o convívio e as atividades. O Presidente do Lar São Vicente, senhor João, fez alguns comentários sobre a manifestação dos integrantes dos CCI's, apontando que alguns usuários não se enquadram como público da assistência social e lembrou que, inicialmente, esse serviço era para todos e agora ele é voltado aos mais carentes e os idosos temem perder essas atividades de convívio. A senhora Victalina disse que o Estatuto do Idoso é para todos os idosos e não estabelece essa discriminação prevista no reordenamento. Após algumas manifestações e opiniões dos participantes sobre o reordenamento do SCFV de idosos, a Diretora da Proteção Básica, Sra. Jane fez uma apresentação sobre o processo de reordenamento no município. Informou que o Aceite do reordenamento do SCFV foi oferecido ao município pelo Governo Federal, no ano de 2013. O Órgão Gestor apresentou a proposta ao CMAS, que após discussões deliberou pela aprovação do mesmo. Em seguida a mesma contextualizou o processo de reordenamento, lembrando o histórico da Assistência Social e apresentando as diretrizes e normatizações que definem a Política de Assistência Social e

consolidam o SUAS. Lembrou que a Assistência Social é direito de quem dela necessitar, ou seja, aqueles que apresentem alguma vulnerabilidade social. Ressaltou que o conceito de pobreza foi substituído por vulnerabilidade, que nem sempre está relacionado à questão da renda. Salientou que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem o objetivo de superar uma vulnerabilidade identificada por todos os envolvidos: técnicos, entidade e pelo próprio usuário. Falou de todas as etapas do processo de reordenamento que se iniciou em junho de 2013, com reuniões mensais entre os profissionais dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, equipe de monitoramento, equipes dos CRAS e as diretorias, salientando que as reuniões eram abertas. Apresentou em seguida o “Processo de Construção Conjunta entre Gestor e Rede Socioassistencial quanto ao Reordenamento de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - 2013/14”. Ressaltou que SCFV é concebido como uma complementação do PAIF e do PAEFI, que são serviços executados unicamente pelos CRAS e CREAS, portanto a porta de entrada para esse serviço devem ser essas unidades. Destacou que foi realizado também um processo de reordenamento dos CRAS e CREAS. Lembrou que a Assistência Social deve cofinanciar o SCFV para o público prioritário da assistência social. Jane esclareceu ainda que o CCI é um espaço dedicado a várias atividades, com objetivo de manter o corpo ativo, a mente ativa, já o SCFV tem por objetivo a superação de vulnerabilidades e o fortalecimento dos vínculos. Falou que a proposta da equipe da SEDAS é realizar uma reunião em todas as entidades que atendem o SCFV para idosos e realizar esse esclarecimento diretamente com os participantes dos CCIs. A assistente social Carmen acrescentou que o SCFV tem como objetivo central o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais e nesse sentido justifica-se o referenciamento ao CRAS, como ação complementar ao PAIF para que se fortaleça o grupo familiar como um todo. O Sr. João ressaltou a importância dessa discussão na reunião do CMAS, diante das manifestações ocorridas na Audiência e pontuou que a informação chegou para os idosos que os mesmos seriam excluídos dos CCI's. Jane esclareceu que em nenhum momento o Órgão Gestor passou essa informação. A orientação foi que a partir do reordenamento a inserção de usuários novos no serviço deveria ser feita conforme o estabelecido. Após disse que o COMUTI terá um papel importante em identificar se Franca precisa de mais CCI's e como isso poderá acontecer, sugerindo parcerias entre os serviços oferecidos aos idosos como a UNATI, o SESI, etc.. O conselheiro Cloves manifestou que o CMAS deve ter um posicionamento mais firme e ativo diante das questões apresentadas, manifestando insatisfação com a demora na discussão sobre os recursos para 2015. Dando seguimento a discussão do reordenamento, uma participante questionou se não seria possível buscar parcerias com as outras políticas, mantendo o trabalho do CCI e do SCFV. Jane esclareceu que a Prefeitura sinalizou que não há previsão orçamentária para o próximo ano para esse serviço dos CCIs. Jane convidou os Conselhos para participar dos encontros com as entidades que desenvolvem o serviço para discutir sobre esse processo. Victalina disse que no dia 06 de dezembro vai participar do Planejamento da Campanha da Fraternidade e a Pastoral da Pessoa Idosa poderá participar da oferta de serviço para esse público. A Assessora Técnica do COMUTI, Mariangela salientou que o Conselho da Pessoa Idosa tem um importantíssimo papel para o encaminhamento dessas questões, mas ressaltou que o

COMUTI não consegue trabalhar sozinho sugerindo uma ação coletiva entre o Órgão Gestor, o CMAS e até mesmo a busca de outros parceiros como o Fundo Social, a UNATI, as pastorais e outros. Para finalizar Jane apresentou as planilhas com os números de atendidos no SCFV que foram inseridos no sistema - SISC. Cloves manifestou o seu posicionamento quanto as ações previstas no SCFV, salientando que são necessárias atividades atrativas para que o usuário permaneça no serviço e ressaltou que as entidades oferecem outras atividades aos idosos, que são de interesse destes, porém também utilizam de recursos próprios, considerando que atendem muito acima da meta cofinanciada. Márcio propôs uma reunião ampliada para discussão sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o próximo ano. Tina pontuou que o processo de Reordenamento ainda precisa ser mais discutido, havendo a necessidade de se considerar a realidade local, e não somente executar o que está posto nas normatizações. Finalizados os assuntos da reunião e considerando o adiantado da hora, Márcio sugeriu que os informes sejam adiados para a próxima reunião, exceto o informe e solicitação do CONSEAS/SP para indicação de um conselheiro para participar da Comissão Organizadora da Conferência Estadual de 2015. Com a palavra, Maria Amélia esclareceu que o CONSEAS está com uma diretoria nova que tem demonstrado uma possibilidade de estar mais junto aos conselhos municipais, por isso a proposta de compor uma comissão em conjunto com os conselhos na organização da conferência Estadual. Disse que a comissão prevê a participação de 02 representantes de cada DRADS. O município de Franca integra a DRADS Franca, e foi indicado para representar enquanto titular nesta comissão e Restinga indicará um suplente. Após discussões ficou definido a indicação do Presidente Márcio e, havendo necessidade, a Vice-Presidente Tina o substitui. Maria Amélia informou que o tema provisório da Conferência é “Consolidar o SUAS de uma vez, rumo a 2026”. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a ata foi lavrada pela Secretaria Executiva do CMAS.